

MULHERES TRANS E TRAVESTIS NO MERCADO DE TRABALHO: vozes, lutas e conquistas¹

TRANS WOMEN AND TRANSVESTITES IN THE JOB MARKET: voices, struggles and achievements

Jacson Caprini de Oliveira*

DOI: <https://doi.org/10.70940/rejud4.2025.942>

RESUMO

Ingressar no mercado de trabalho formal tem se mostrado um grande desafio para todos os sujeitos, nos últimos anos, por inúmeros motivos. Quando falamos de pessoas mais vulneráveis, como ocorre com as mulheres trans e travestis, essas dificuldades se ampliam de forma exponencial. Através de investigação qualitativa, com ênfase na pesquisa social interpretativa e outros métodos conjugados, o artigo parte de uma amostra de dois casos e busca verificar como tem sido o enfrentamento dessa problemática por esse público em especial, identificando quais espécies de adversidades ocorrem em suas trajetórias de vida. Utiliza-se, para tanto, a biopolítica como elemento de base, além de outros pontos. Com o intuito de sugerir soluções factíveis para a questão trazida, recorre-se a subsídios nas políticas públicas, tanto gerais quanto específicas, enfaticamente analisando a plataforma Transcidadania.

¹ O presente artigo constitui recorte da tese de doutorado apresentada pelo autor, em 2025, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

* Doutor em Sociologia e Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Ciências Criminais e Especialista em Ciências Criminais pela mesma instituição. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres trans e travestis. Políticas públicas. Trabalho.

ABSTRACT

Entering the formal job market has proven to be a major challenge for all individuals in recent years, for numerous reasons. When it comes to more vulnerable people, such as trans and transvestite women, those difficulties increase exponentially. Through qualitative investigation, with an emphasis in interpretative social research and other associated methods, this paper adopts a sample of two cases and seeks to verify how these problems have been faced by this particular community, identifying what types of adversities occur in their life trajectories. For this purpose, biopolitics are used as a core element, as well as other aspects. In order to suggest feasible solutions to the issue at hand, input is gathered from both general and specific public policies, with a dedicated focus on the Transcidadania (Transcitizenship) platform.

KEYWORDS

Public policies. Trans women and transvestites. Work.

SUMÁRIO

- 1 Introdução;
- 2 Biopolítica e as relações de poder;
- 3 Violências e corpos trans;
- 4 Contrastes entre as vivências trans;
- 5 Transcidadania em foco;
- 6 Considerações finais;
- Referências.

Data de submissão: 11/07/2025.

Data de aprovação: 05/05/2026.

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida para este trabalho é revelado por meio de dois depoimentos de mulheres trans e travestis, almejando trazer

o máximo que elas estão dispostas a oferecer em termos de suas trajetórias de vida. Para essa incursão, utilizei-me amplamente da metodologia de pesquisa qualitativa denominada pesquisa social interpretativa, a qual é mais conhecida como narrativas biográficas (Santos, 2009).

Essa metodologia busca explorar toda a vivência dos sujeitos que são interpelados, de forma muito aberta, sem fazer qualquer espécie de interferência no primeiro passo da entrevista, ou mesmo sugerir o tema que se pretende pesquisar. O que se evita com isso é o que Santos (2009, p. 107) denominou **colonização das entrevistas**. Esclareço, desde logo, que essa metodologia oferece grandes desafios ao cientista social, seja pela sua abertura ou pelos passos que devem ser dados em análises minuciosas (quatro obrigatórios e um facultativo). Todavia, é crucial compreender que essa metodologia traz uma grande verticalidade em termos de retorno.

Traçadas as primeiras considerações, registro que elegi operar dividindo a exposição dos temas em quatro itens. Desse modo, no primeiro ponto irei trabalhar com as questões voltadas às relações de poder, onde se tem um controle dos corpos, no caso trans e travestis, visando a auferir o máximo de lucro para uma pequena parcela da sociedade. Utilizarei, então, o conceito de biopolítica traçado por Foucault nos idos dos anos 1970 e 1980, em suas aulas no *Collège de France* (Foucault, 2008a e 2008b), bem como nas suas obras publicadas que fazem parte da série *História da Sexualidade* (Foucault, 1984 e 1985).

A seguir, irei investigar as questões envolvendo as violências que são impingidas a esse estrato populacional em sentido amplo, buscando registrar suas principais consequências, tendo sempre em foco o envolvimento com o espaço trabalhista. Desse modo, farei um percurso sintético através das principais instituições da sociedade, registrando, de modo enfático, cada

tipo de situação que possa apresentar violências reais ou simbólicas envolvendo nossas protagonistas.

O item seguinte é destinado a traçar uma linha comparativa de contraste entre duas vivências denominadas caso Sheila e caso Verônica. Em suma, a ideia, nesse ponto, é trazer ao leitor possibilidades de vivências diversificadas entre essas mulheres trans, que apresentam trajetórias apontando para lados extremos na difícil tarefa diária de enfrentar as linhas de preconceito e discriminação ao buscar espaços em instituições de trabalho.

O último item pretende trazer à tona a plataforma Transcidadania, que foi criada em São Paulo ainda em meados de 2013, com o intuito de atender o público trans (masculino e feminino) no sentido de buscar alocações em postos de trabalho, bem como de proteger suas cidadanias. Esse grande projeto também teve como norte o preparo dos indivíduos para o trabalho em termos técnicos.

A finalização da pesquisa será então apresentada nas considerações finais, onde se procura fornecer um apanhado geral sobre todo o material coletado e analisado, bem como sobre a problemática que trazemos nesta incursão, a qual visa a responder à pergunta de pesquisa: “Como as mulheres trans vivenciam o mercado de trabalho?”.

2 BIOPOLÍTICA E AS RELAÇÕES DE PODER

Procurando explicar ao leitor como ocorrem as possíveis exclusões e segregações de alguns sujeitos do mercado de trabalho, como é o intuito neste momento, em especial no tocante às mulheres trans e travestis, irei utilizar o conceito foucaultiano de biopolítica.

Embora o termo tenha sido utilizado pela primeira vez em 1926, pelo cientista político Rudolf Kjellén (1926), é na obra de

Foucault (2008a, 2008b) que veremos o termo sendo sedimentado. Assim, temos, num primeiro apanhado, que biopoder é:

[...] o conjunto de mecanismos por meio dos quais aquilo que, na espécie humana, constitui seus traços biológicos fundamentais poderá ser parte de uma política, de uma estratégia política, de uma estratégia geral de poder; em outras palavras, como, a partir do século XVIII, as sociedades ocidentais modernas, tomaram em conta o fato biológico fundamental de que o homem constitui uma espécie humana (Foucault, 2008b, p. 3).

Complementarmente, temos o termo biopolítica como sendo o controle exercido pelo Estado, governo e política sobre a vida biológica de cada indivíduo. Nas palavras de Foucault (1984, p. 128): “é um poder de causar a morte ou deixar viver”. Para reforçar e manter a engrenagem capitalista, somente interessa ao corpo social quem efetivamente participa do tripé produzir-ofertar-consumir. Estando fora desse contexto, não mereceria então viver, por não participar de modo contributivo para a sociedade. Acrescenta o filósofo francês (Foucault, 2012) que o poder não está nas mãos de alguém, como se compreendeu durante muito tempo, mas encontra-se difuso na natureza, não estando, portanto, em um local ou sob posse de alguém definido.

Nessa mesma linha, Ruiz (2014) refere-se à biopolítica como sendo um tema que vem diretamente conectado ao poder e à violência (esta vista como supostamente naturalizada no comportamento humano²), sendo necessário, no entanto, que se tenha um controle sobre essas ocorrências bem como educação

² A questão de perceber o homem como naturalmente violento é tratada na obra de Hobbes, nos capítulos compreendidos entre “*De Cive*” até “*De Homine*”, em *O Leviatã* (2014). Para esse autor, o ser humano é um indivíduo violento, egoísta e individualista.

e administração dos fatos correlatos. Cabe ressaltar que o poder também é visto como uma manifestação legítima de violência, a exemplo do que vemos no termo **violência legítima do Estado**³, quando praticados atos de execução das normativas positivamente previstas.

Ruiz (2014) esclarece que, para Foucault, todo o poder irá atuar sobre o sujeito, não havendo necessidade de se observar violência no sentido real da palavra. Ainda, para Foucault, a racionalidade instrumental identifica-se com as técnicas de poder, contudo, sem significar a aplicação da violência de forma física ou bruta. O que ele busca clarificar é que se evita o reducionismo do poder à instrumentalização da violência.

Em outro ponto de suas diversas lições, Foucault (2008a) discorre sobre como se dá o funcionamento da biopolítica em conexão com o capitalismo. Explica o autor que essa conexão não funciona somente como elemento de construção e desenvolvimento das sociedades ocidentais, mas opera de forma ambígua quando também as desconstrói e cinde, num processo que Foucault denominou de “docilização”⁴ dos indivíduos, aqui com ênfase à seara trabalhista que é o foco da investigação. Em suma, tornar os corpos dóceis, ou domesticados, facilita seu processo de submissão em favor das pessoas que detêm o controle sobre o capital e, conseqüentemente, sobre os corpos trans e travestis, de forma mais intensa, embora não exclusiva.

³ Chignola (2014, p. 14) irá falar em *fictio* da soberania, compreendendo-a como irresistibilidade da vontade geral e também como expressão da vontade individual pela vontade geral do povo.

⁴ O termo é utilizado por Michel Foucault para ilustrar principalmente a figura do trabalhador que se torna submisso ao seu patrão. Entretanto, o conceito pode ser visto de forma ampla e aplicado a qualquer espécie de relação que envolva poderes.

Nesse viés, quando verificamos um sujeito trans ou travesti que não chega a operar efetivamente no mercado de trabalho, como é a proposta de explicação trazida pela biopolítica, teremos como consequências as possibilidades de segregação ou mesmo de exclusão. No primeiro caso, observaremos a formação dos guetos que são, em geral, espaços muito reduzidos e limitados a um estrato social definido. Vargas (2016) menciona em sua obra que as pessoas desempregadas ou subempregadas na realidade ocupam posições muito mais fragilizadas. Dessa forma, esses indivíduos ficarão mais sujeitos aos controles que o capitalismo exerce sobre cada ser humano.

No tocante à questão do desemprego e/ou dos subempregos, ambas as possibilidades estão muito relacionadas ao público ora investigado. Pelo que se observou, em pesquisa tanto empírica quanto bibliográfica, as pessoas trans e travestis são vítimas de inúmeras expressões de preconceito e discriminação em várias das instituições das quais buscam fazer parte, iniciando pela família e passando pela escola, igreja e mercado de trabalho.

Considerando a falta de preparo para o espaço formal de trabalho, em função muitas vezes da forçada evasão escolar ocasionada pelas violências recorrentes, seguidamente na forma de *bullying*, teremos então **despejado** na sociedade um grande contingente de trabalhadoras que foram rejeitadas pelo sistema. Aqui se observa uma forma de exclusão do indivíduo, que não conseguirá fazer parte do tripé trazido por Foucault (2012).

Outra possibilidade que se avanta, e que tem ocorrido com grande incidência, é a alocação desses sujeitos em subempregos, o que irá constituir um espaço precário em sentido amplo. Observaremos diversas definições de precariedade conforme o fator a ser encontrado nesse ponto complexo. Assim, podemos ter um trabalho precário em termos de insegurança na manutenção do emprego, bem como de aspectos mais

específicos no que tange à habitação, saúde, incapacidade e velhice (Nogueira; Carvalho, 2021).

É crucial registrar que, quando falamos em precariedades no mercado de trabalho, trata-se de uma quebra na cidadania, que de plena poderá se tornar parcial e, também, da questão de redução ou mesmo exclusão de direitos muito basilares. É o que ocorre, por exemplo, quando:

- a) a jornada de trabalho se apresentar excessiva;
- b) o contrato tiver prazo determinado, asseverando a insegurança quanto à manutenção do emprego;
- c) não houver regulação por legislação específica que especifique as condições em que serão prestados os serviços;
- d) ausência de sindicatos que apoiem determinados segmentos trabalhistas;
- e) falta de proteção em termos de seguridade social, ou seja, em situações que apresentem acidentes de trabalho ou doenças decorrentes desse e que necessitem de tratamento bem como suporte tanto ao empregado quanto à sua família;
- f) vínculo trabalhista direto com o empregador. Sendo que outras espécies poderão, no mínimo, tanger à informalidade (Nogueira; Carvalho, 2021, p. 35-36).

Em suma, é uma posição muito insegura e frágil em que se alocam nossos sujeitos de pesquisa, através de uma soma de processos complexos e cruéis, como os controles dos corpos, as segregações e as exclusões que, ao fim e ao cabo, deixam essas pessoas vivendo às margens da sociedade e sem suas garantias de sobrevivência como prevê a Constituição Federal (Brasil, 1988). Por fim, registro, nas palavras de Souza e Rosa (2006), o fato de que o trabalho informal não é visto como um degrau para a formalidade, como se fosse uma posição mais avançada, mas

sim uma forma de sobrevivência para as pessoas que não conseguiram colocação efetiva no mercado de trabalho.

Feitas essas digressões e análises acerca do instituto da biopolítica e suas consequências no meio social, em especial o trabalhista, me desloco agora para a questão das violências que os corpos trans e travestis sofrem cotidianamente, através de inúmeras expressões, com ênfase à discriminação e ao preconceito.

3 VIOLÊNCIAS E CORPOS TRANS E TRAVESTIS

Após a investigação quanto às matérias relativas à biopolítica e às relações de poder, parte-se agora para a compreensão e análise das questões relativas à violência e ao preconceito que são impelidos, de forma brutal e contínua, sobre os sujeitos de nossa pesquisa. Assevere-se que, apesar dos inúmeros grupos com atuação política voltada à defesa dos direitos humanos das comunidades LGBTQIA+⁵, ainda são muito comuns as agressões de todos os aspectos no tecido social. Nesse sentido, Modesto (2013, p. 57-58) menciona que os sujeitos trans são vistos como “quase sujeitos”, motivo pelo qual a sociedade ainda rejeita seu acesso aos direitos mais básicos de cidadania, aos espaços em instituições como escola e trabalho e à utilização do nome social⁶

⁵ A título exemplificativo, temos no Brasil os grupos Transvest (MG); Nuances, Igualdade RS e Somos (RS); Dignidade (PR); Casa Nem e Grupo Arco-íris (RJ); Casa 1 (SP) e Mães pela diversidade (em nível nacional).

⁶ Nardi (2013) menciona que a resistência de algumas pessoas em tratar o público trans pelo nome social revela, além do desrespeito a estes sujeitos, a negação de sua existência, o que afeta o seu processo de construção identitária. A pesquisa empírica de Neves de Jesus e Radl-Philipp (2022) traz várias situações de constrangimentos às mulheres trans, principalmente nos atendimentos prestados pela rede de saúde, seja ela pública ou privada. O que se nota é que em algumas situações há um despreparo e em outras simplesmente uma falta de empatia no trato com esses sujeitos, o que os leva

sem tantos questionamentos objetivando constranger o sujeito. Frente a essas preocupações é que se desenvolve a presente seção.

Primeiramente, traz-se um conceito do termo violência – longe, é claro, de pretensão dogmática –, a fim de situar a discussão. Nesse sentido, tem-se que, para Faleiros, Lahud e Penso, violência é:

[...] um processo social relacional complexo e diverso. É um processo relacional, pois deve ser entendido na estruturação da própria sociedade e das relações interpessoais, institucionais e familiares. A sociedade se estrutura nas relações de acumulação econômica e de poder⁷, nas contradições entre grupos e de classes dominantes e dominados bem como por poderes de sexo, gênero, etnias, simbólicos, culturais, institucionais, profissionais e afetivos. É um processo diversificado em suas manifestações: familiares, individuais, coletivas no campo e na cidade, entre os diferentes grupos e segmentos, e atinge tanto o corpo como a psique das pessoas (Faleiros; Lahud; Penso 2009, p. 2).

Em suma, a ideia de violência está intrinsecamente ligada ao conceito de poder e subordinação⁸, tomando enormes proporções quando consideramos sua inserção em um mundo

ao constrangimento ou mesmo à desistência do auxílio médico. Lembra-se, nesse caso em especial, que o nome social é pautado pela Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) (Brasil, 2013).

⁷ Para Beristain (2000), o poder não deve ser considerado como algo questionável, mas sim como algo bom a partir do momento em que o homem souber fazer uso dele de forma adequada.

⁸ Importante ressaltar que, em termos de poder, tem-se no Estado a figura de titular da violência legítima, quando aplica as normas de convivência com o intuito de garantir a segurança e o bem-estar da sociedade.

capitalista no qual, contemporaneamente, verifica-se uma valoração maior ao patrimônio do que à própria vida em termos de bens juridicamente tutelados.

Butler (2010) irá falar sobre a condição de se ter seletividade sobre a vida. Intimamente conectada a essa questão está a temática do poder, retomando, dessa forma, a visão foucaultiana do assunto quando analisado sob a ótica da biopolítica e seus meandros. Em relação à seletividade, vale recordar que esta cria uma série de estigmas e estereótipos sobre a imagem dos sujeitos que formam o tecido social. Exemplo claro está na teoria do *labeling approach*, que visa a explicar o movimento, comum até nossos dias, que busca levar às prisões determinadas pessoas conforme suas características subjetivas. Aqui se sobressaem as pessoas negras, ainda com grande desproporção, bem como as mulheres trans e travestis, que são sujeitos vitimizados por violências inclusive institucionais, com destaque para os ambientes prisionais.

Em relação a essas últimas, entretanto, nossa pesquisa revelou que enfrentam quadros de violências reais e/ou simbólicas com uma certa frequência, muitas vezes até naturalizando-as. É o que se verifica, por exemplo, ainda na instituição familiar, quando as meninas trans são, indiscriminadamente, expulsas do lar ainda em tenra idade porque seus pais não aceitam sua orientação sexual ou identidade de gênero. É comum também, nesses espaços, o enfrentamento de violências expressas impingidas pelos irmãos, conforme relatos que coletamos na entrevista referencial (Sheila) bem como em inúmeros exemplos que a bibliografia nos apresenta.

A sequência desse quadro de violências avança para a instituição escolar, na qual também observamos situações que envolvem, de forma expressa ou mesmo simbólica, atos que atingem os sujeitos investigados de modo a prejudicá-los. Os dois

exemplos mais recorrentes dizem respeito à utilização do nome social e dos sanitários. No primeiro caso, observamos resistência inclusive dos professores, chamando as alunas pelos nomes de registro e utilizando pronomes de forma inadequada, invisibilizando-as com esse comportamento. No segundo caso, ainda é comum as meninas trans e travestis enfrentarem violências ostensivas quando obrigadas a utilizar os banheiros masculinos. Nesse espaço, as agressões podem se manifestar como tapas, chegando a situações de violência sexual. O resultado, invariavelmente, leva nossas entrevistadas à evasão escolar e, portanto, à falta de preparo para enfrentar um mercado de trabalho formal.

A respeito da aceitação e da busca de alteração de regimes tão consolidados no tocante à sexualidade e à identidade de gênero, o artigo de Seffner (2013) chama atenção principalmente para o fato de algumas instituições se mostrarem ainda um tanto ingênuas quando, ao lidar com a problemática, de certa forma ignoram ou desconhecem a força e extensão da heterocisnormatividade no meio social. É essencial mencionar que os debates acerca da luta contra a homofobia e a transfobia tomaram grandes proporções nos últimos anos, movendo inclusive grandes órgãos representativos, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU).

A partir de agora, por oportuno, dirigimos nossos esforços para explorar a questão da vivência nos locais de trabalho, elemento central da investigação em tela. Além de todo o quadro já apresentado, percebemos uma grande objeção dos empregadores em recepcionar esses indivíduos e perceber neles suas qualificações técnicas e, principalmente, vê-los como seres humanos sem dar demasiada importância ao gênero com o qual se reconhecem e se identificam.

Os grandes riscos que se enfrentam institucionalmente são os movimentos de segregação e exclusão, que ceifam ou prejudicam

a oportunidade das pessoas trans e travestis em participar ativamente do espaço laborativo. Em relação ao momento em que essas situações podem ocorrer, verificamos três principais e distintos, que são: o pré-contratual, quando na entrevista são elaboradas determinadas questões que forcem o indivíduo a revelar sua orientação sexual⁹; durante o período contratual, expondo a pessoa a ridicularizações¹⁰ e situações vexatórias por seu diferencial¹¹; e, finalmente, no período pós-contratual, quando o empregador entra em contato com outros proprietários de empresas enviando más referências do funcionário que dispensou por simples preconceito.

⁹ Orienta-se que o trabalhador não é obrigado a abrir sua intimidade ao empregador e vê-la violada. É um direito seu ter sua intimidade preservada, bem como sua cidadania e dignidade, conforme previsto na Carta Política de 1988. O mais coerente é que se façam questionamentos objetivos em relação à sua capacidade técnica para assumir a vaga a que se propõe.

¹⁰ Caso isso se manifeste na forma de *bullying*, há que se ter em mente a Lei n.º 13.185/2015 (Brasil, 2015), a qual visa à proteção dos trabalhadores: “Art. 1º: Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) em todo o território nacional. § 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas”.

¹¹ Tais situações também podem culminar em assédio moral, como exemplifica Guedes (2003, p. 32) quando articula que o assédio abrange “todos aqueles atos comissivos ou omissivos, atitudes, gestos e comportamentos do patrão, da direção da empresa, do gerente, chefe, superior hierárquico ou dos colegas, que traduzem uma atitude de contínua e ostensiva perseguição que possa acarretar danos relevantes às condições físicas, psíquicas, morais e existenciais da vítima”. Silva (2016) esclarece que o empregador terá responsabilidade objetiva diante dos possíveis constrangimentos causados pelos seus subordinados, ou seja, a responsabilidade não pressupõe a necessidade de demonstração de culpa do empregador.

Ao desenvolver esta análise, vale frisar que, além da busca por uma alocação nos espaços laborais, o que se procura também é estabelecer um movimento de pertença para esses indivíduos, conforme previsto em nossa Carta Política quando faz menção aos direitos sociais (em especial no art. 6º, capítulo II) (Brasil, 1988). Em complemento, cabe ressaltar que, dentro dessa perspectiva, temos também a busca por garantia e manutenção de direitos muito basilares, tais como moradia, saúde, lazer, assistência social e previdenciária, bem como pelo respeito e pela manutenção da cidadania plena para esse estrato populacional.

4 CONTRASTES ENTRE AS VIVÊNCIAS TRANS

Conforme mencionado na introdução do artigo, este item pretende trazer duas trajetórias de vidas que apresentam contrastes marcantes. Antes de adentrar o tema propriamente dito, porém cabem alguns esclarecimentos. Quando utilizamos a metodologia de pesquisa social interpretativa (Rosenthal, 2014; 2017), também conhecida como narrativas biográficas (Santos, 2009), temos três possibilidades de histórias de vida: caso referencial, contraste máximo e contraste mínimo. A primeira irei chamar de referencial, para situar melhor o leitor, sendo que ela apresenta, em geral, a amostra que melhor descreve a situação do público que está sendo investigado, trazendo as particularidades que a literatura ou mesmo a pesquisa empírica têm demonstrado. A segunda possibilidade chamarei de contraste máximo, quando notamos um grande distanciamento entre os fatos ocorridos em uma trajetória de vida e o referencial. E, por último, mas não menos importante, temos a possibilidade de um contraste mínimo. Nesse caso, iremos observar uma trajetória de vida que muito se assemelha ao eleito caso referencial.

Por uma questão de tempo e espaço, trarei aqui a análise de dois casos, sendo o primeiro referencial e o segundo de contraste

máximo¹². O primeiro irei chamar de caso Sheila e o segundo de caso Verônica. Importante salientar, desde logo, que os nomes foram mascarados a fim de proteger a intimidade das entrevistadas. Outro ponto importante é que farei menção ao nome **morto** (que também foi mascarado) em algumas passagens, o que foi expressamente autorizado pelas pessoas participantes. A propósito, registro que os nomes utilizados são pseudônimos que respeitam a identidade de gênero das entrevistadas e que, para preservar sua privacidade, omitiram-se quaisquer registros civis anteriores e demais informações, para fins de observância das normas de proteção de dados da legislação brasileira.

Sheila é uma mulher trans, alta, que vive na periferia de uma capital da Região Sul. Da entrevista temos que Marcos/Sheila nasceu em 1982, em bairro da capital, sendo que os pais vieram de cidades do interior daquele Estado e se fixaram na capital logo após seu nascimento. Marcos/Sheila é a mais velha de cinco irmãos, tendo alterado sua posição de cuidada para cuidadora ainda muito cedo (por volta de 1986). A partir daí, nosso sujeito começa a ficar cada vez mais centrado no ambiente doméstico, já que seus irmãos nascem em seguida, num curto período temporal, e seus pais necessitam trabalhar em tempo integral para prover o sustento da família

Seguindo essa primeira trajetória de vida, nossa entrevistada irá estudar até completar 13 anos, quando ingressa na 6ª série do ensino fundamental e, devido a situações recorrentes envolvendo preconceito e violência, com ênfase ao *bullying*, acaba evadindo do espaço escolar. Esse mesmo período é o que irá coincidir com

¹² A pesquisa contou com a aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a ambas as entrevistadas.

sua transição de gênero, como acontece em diversos casos, conforme relata a literatura específica¹³.

Aos 15 anos, Sheila, agora com sua transição praticamente definida, irá operar na venda de jogos, vídeos e equipamentos eletrônicos provindos do Paraguai. Assim segue no trabalho informal até os 17 anos. Nesse período ocorre uma série de dados marcantes em sua história de vida. Ela conclui sua transição de gênero e seus pais se separam. Com isso, Sheila sente a necessidade de participar mais ativamente nas despesas de casa. Sem preparo técnico e com poucos estudos, ela acaba indo para as ruas vender seu corpo, então aconselhada por duas travestis mais velhas.

Embora todo o medo que é constante nessa espécie de atividade, Sheila considera que precisa auxiliar o sustento da família e permanece nesse caminho por praticamente duas décadas, enfrentando uma série de preconceitos e violências de todas as naturezas nas ruas da cidade.

Esse longo período também é permeado pela forte influência das religiões de matriz africana na vida de Sheila, provavelmente inspirada pelas suas ancestralidades. Fato é que aqui ela conseguiu formar uma grande rede de apoio entre seus pares e também teve um ambiente com maior aceitação. Quanto à relação da homossexualidade e da transexualidade com a religião, temos diversas pesquisas etnográficas que, analisando diferentes regiões do país, buscam traçar as conexões que se verificam. Assim temos na obra de Fry (1982) uma série de levantamentos que identificam essas conexões, bem como nas

¹³ Nesse sentido, em termos exemplificativos, temos as obras de Connell (2010) e Hines e Sanger (2010).

obras de Landes (1940)¹⁴, Ribeiro (1969) e dos irmãos Leacock (1972).

Uma corrente cosmológica irá ter como ponto de explicação para a homossexualidade a questão de incorporação do exu Pombagira pelos sujeitos masculinos. Conforme as crenças religiosas desse segmento, aquele exu é sempre uma figura feminina demonstrando, inclusive, a resistência dessas com forte expressão violenta e sexual (Landes, 1940). Em suma, o que se quer registrar é que, além de trazer intersecções com a sexualidade, essa cosmologia também possui uma grande carga de feminilização que almeja trazer à tona a compreensão das figuras ditas andróginas, atualmente relacionadas às mulheres trans, como é o caso analisado em tela.

Em paralelo a esses fatos, aos 33 anos de idade Sheila teve um relacionamento com Jorge (nome mascarado), o que perdurou por quatro anos. De acordo com o relato da entrevistada, embora de certa forma duradouro, o relacionamento era muito tóxico, e o ex-companheiro inclusive roubava os pertences de Sheila para comprar bebidas e drogas. Avançando para o ano de 2023, quando foi concedida a entrevista, Sheila revelou que ficara detida em unidade prisional estadual durante um ano. Esse fato teria ocorrido em função de uma briga com o ex-companheiro, que a abordou quando ela bebia cerveja com amigos em espaço público central. Como ele chegou empurrando Sheila e gritando com ela, seus amigos buscaram defendê-la. O que levou ao clímax da discussão é que alguém teria desferido facadas no abdômen de Jorge, o qual foi levado às pressas para o hospital. Como não tivemos acesso aos autos, o que ficou registrado é que Sheila teria sido acusada de tentativa de homicídio pelo ex-namorado e acabou sendo presa. Ela teria

¹⁴ Essa autora, em especial, traz uma reflexão sobre a cosmologia religiosa em que o deus Xangô (São Jerônimo na religião católica) era visto ora como masculino ora como feminino, transitando entre ambos.

permanecido por um ano no presídio, onde conseguiu completar seus estudos através do Exame Nacional para Certificação de Jovens e Adultos (ENCCEJA)¹⁵, e após foi libertada.

Concluída essa digressão e análise da vida de Marcos/Sheila, partimos agora para o caso que consideramos representar um contraste máximo. Dessa forma, apresento a trajetória de Eduardo/Verônica (nome fictício), com uma síntese dos meandros que esse contexto envolve.

Verônica é uma mulher trans, branca, estatura mediana, vivendo em um dos maiores bairros de cidade da região metropolitana de uma capital da Região Sul. Na entrevista, vemos que Eduardo/Verônica nasceu em cidade de colonização alemã, no interior daquele Estado, na década de 1980, sendo que seus pais biológicos são do interior do Estado do Rio Grande do Sul e da Argentina. Desses temos poucas informações, pois a mãe faleceu um ano após o nascimento da entrevistada e o pai teve uma relação efêmera e logo abandonou a mãe biológica de Eduardo/Verônica.

Assim, nossa protagonista foi adotada, informalmente, pelos pais de criação Ana e Paulo (nomes fictícios), ambos de origem alemã, da mesma forma que a mãe biológica e a entrevistada. A nova família contou, considerando os filhos do casal adotante, com um grande número de crianças. Eduardo/Verônica registrou que tinha uma maior aproximação com dois de seus irmãos, todavia relata que em geral o relacionamento foi bom com todos eles, praticamente não havendo questões que envolvessem preconceito ou discriminação.

¹⁵ Sobre o ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Jovens e Adultos), uma prova de certificação do ensino médio, com certificado emitido por órgãos autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), vide <https://www.gov.br/pt-https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/encceja> (Brasil, 2026). Acesso em: 16 jul. 2026.

Eduardo/Verônica frequentou os bancos escolares com regularidade e mostrou-se determinada em relação aos estudos e preocupada, ainda precocemente, com as necessidades dos mais próximos. Desse modo, entre a infância e a adolescência, nossa entrevistada entrou para o grêmio estudantil e conheceu também a União Nacional de Estudantes (UNE). Pelo relato, temos aqui o primeiro contato com questões que apresentam um viés politizado, embora muito sutil. Aqui também é crucial registrar que nossa entrevistada mencionou não ter sofrido qualquer espécie de violência, física ou simbólica, durante o período escolar.

Aos 12 anos de idade, Eduardo/Verônica frequentou o seminário, sendo coroinha por um curto espaço de tempo, mas não chegando a ser padre, como era a expectativa de seus pais. Nesse mesmo ano, nosso sujeito entrou para os times de base e jogou em um clube de futebol da capital, mostrando desde cedo sua paixão pelo futebol.

Quando chegou aos 13 anos, a protagonista começou a se enxergar como um menino gay e, no ano seguinte, impulsionada por duas travestis mais velhas, iniciou o uso de hormônios e gradativamente começou a sua transição de gênero, o que ocasionou certo desconforto de alguns familiares. Além do período visivelmente conturbado que é a adolescência, a idade aqui apontada, assim como no caso Sheila, coincide com o que grande parte da bibliografia (Hines; Sanger, 2010; Connell, 2010) registra como sendo o período de transição da grande maioria das meninas trans.

Conforme o nosso registro, é aos 15 anos de idade que Verônica assume sua identidade de gênero, deixando para trás seus resquícios masculinos e vendo-se agora como uma mulher. Nesse mesmo período ela descobre uma condição crônica de saúde que a acompanha até hoje. Nos primeiros momentos, a família desconfiou que ela utilizasse drogas e por isso tinha

reações consideradas estranhas, mas logo a equipe médica descartou aquela possibilidade.

A seguir, entre os 17 e 20 anos Verônica teve um relacionamento afetivo que enxergou como um casamento, porém tóxico. A separação, como é comum nesse tipo de relação relatada, ocorreu de forma trágica para ambos, sendo ela internada no hospital pelas violências sofridas e ele preso por um período. Com esse fato, Verônica, que havia morado com o ex-namorado nos quatro anos anteriores, voltou a morar com sua mãe na região metropolitana.

Por volta dos 17 anos de idade ocorreram dois fatos importantes na vida de Verônica. O primeiro é que esse foi o marco do início de sua militância pelas causas LGBTQIA+. O outro fato é que nesse período ela enveredou para as religiões de matriz afrodescendente, onde conseguiu formar grandes redes de apoio e participou ativamente das sessões. Importante aqui registrar que, da mesma forma que no caso Sheila, a literatura percebe uma melhor aceitação das mulheres trans e travestis nas religiões e cultos de matriz afrodescendente (Landes, 1940), sendo que nesses espaços nossos sujeitos podem transitar com maior segurança e contando com uma melhor aceitação.

Entre os 21 e 22 anos de idade, Verônica trabalhou em prefeituras de cidades do interior daquele Estado, em cargos que não chegou a registrar e nos quais iniciou de fato sua carreira política, agora no Poder Executivo. Foi também nesse período que ela começou a se envolver de forma mais sólida com partidos políticos em busca de espaço no Poder Legislativo.

Aos 23 anos de idade, Verônica atuou na assessoria de liderança político-partidária, momento em que obteve uma vasta experiência para seguir na carreira política, como era sua expectativa desde muito jovem. Passados cinco anos, agora aos 28 de idade, Verônica resolveu estudar políticas públicas

direcionadas para o público trans, mas esse caminho foi muito curto, já que após seis meses acabou desistindo do objetivo.

Todavia, sua carreira política teve seguimento, como observamos em fatos mais recentes. Aos 30 anos, ela concorreu ao cargo de deputada estadual, contudo não foi eleita. Aos 33 anos de idade, tomou posse em cargo político na capital. No ano seguinte, então aos 34 anos, Verônica se candidatou ao cargo de deputada federal, mas não chegou a ser eleita. Os últimos registros revelam que nossa entrevistada continua dedicada à política.

Traçadas as ocorrências com seus devidos comentários analíticos, como foi a proposta inicial neste item, avança-se agora para as discussões de resultados acerca dos contrastes ora observados.

Desse modo, temos, em síntese, que o caso Sheila envolve uma mulher trans que enfrentou muitas dificuldades em grande parte de sua trajetória, desde a infância vivida no espaço institucional familiar e escolar, tendo sofrido neste último diversos tipos de violências. No ambiente doméstico, ainda em tenra idade passou da situação de cuidada à de cuidadora do lar, revelando sua hipótese estrutural de vida vivenciada. Em sequência, nossa protagonista foi colocada em situação delicada no tocante à sua intimidade e vulnerabilidade, no momento em que enxergou a venda de seu corpo como única alternativa para o próprio sustento bem como dos demais que dela dependiam. Assim, o caso revela uma mulher que enfrentou diversas espécies de violências, teve poucas oportunidades de desenvolvimento técnico e acadêmico e, assim, voltou-se exclusivamente ao trabalho informal.

Quando analisamos o caso Verônica, por outro lado, nos deparamos com uma mulher trans que não somente pôde frequentar os bancos escolares com tranquilidade como ali iniciou

sua caminhada no mundo político. Ainda muito cedo Verônica mostrou uma grande preocupação com as necessidades do próximo e, tendo isso em mente, tomou o caminho da política primeiramente no ambiente escolar, e avançou gradativa e incessantemente por esse viés como norte de trabalho a ser desenvolvido junto à sociedade. Desse modo, temos, no caso em tela, com contraste máximo em relação ao anterior, uma mulher trans que tem como hipótese estrutural de vida vivenciada um percurso voltado à política e à proteção dos direitos e necessidades de terceiros. Essa trajetória também demonstra que, presentes as condições adequadas, é possível não somente entrar no mercado de trabalho formal como encontrar destaque neste.

Dos pontos analisados até o momento, chegou-se à conclusão de que há uma grande necessidade de proteção à cidadania e aos direitos das pessoas aqui investigadas. Entre os movimentos que existem no país em favor das lutas protagonizadas pela comunidade LGBTQIA+, um que merece destaque é o programa Transcidadania. Dessa forma, as próximas linhas serão dedicadas à compreensão do que significa dita plataforma, bem como de até onde se avançou contemporaneamente com ela.

5 TRANSCIDADANIA EM FOCO

O Transcidadania é um programa centralizado na cidade de São Paulo que promove a reintegração social e o resgate da cidadania. Inicialmente, em 2008, o programa se denominava Programa Operação Trabalho (POT). O programa obteve efetivamente sua nomenclatura atual a partir de 2013, quando a Prefeitura Municipal de São Paulo, com Fernando Haddad na figura de prefeito, publicou um documento (Concílio; Amaral; Silveira, 2017) que estabeleceu as práticas e as trajetórias da plataforma para o enfrentamento à transfobia nos locais de trabalho, visando a ampliar os espaços de trânsito desse público,

a fim de que este possa contribuir livremente para o crescimento das empresas e ter um trabalho formal que lhe oportunize recursos de sobrevivência.

A grande meta da prefeitura ao implantar esse programa foi de inclusão e diversidade na forma livre de preconceitos, os quais já percebemos que são sentidos em diversos pontos institucionais (escola, igreja e trabalho, por exemplo). A obra a qual estamos nos referindo (Concílio; Amaral; Silveira, 2017) é extremamente esclarecedora, composta de diversos capítulos que trazem desde a formação do programa, seu funcionamento, objetivos e público a ser atendido até estatísticas desse quadro e a busca por um melhor acolhimento à população trans.

De acordo com a estrutura apresentada no programa, a Coordenação de Políticas para LGBTI da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo teria reunido o público trans com a finalidade de levantar suas demandas de forma clara e detalhada, obtendo assim condições de instrumentalizar o que se fizesse necessário para que fosse então implementada uma estrutura de proteção mais assertiva destinada à eliminação ou à redução das ondas de transfobia e, por consequência, à conquista de maior aceitação e respeito ao indivíduo trans.

Conforme consta na página da Prefeitura Municipal de São Paulo¹⁶, o programa, que contava com 100 vagas para pessoas trans na sua fundação (2013), disponibiliza hoje em torno de 1.020 vagas. Ele evoluiu também no valor da bolsa-auxílio paga a participantes, a qual passou de R\$ 827,40 (oitocentos e vinte e sete reais e quarenta centavos) para os atuais R\$ 1.593,90 (mil e quinhentos e noventa e três reais e noventa centavos), o que, em certa medida, auxilia a sobrevivência desse público, além de

¹⁶ Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/lgbti/w/menu/150965>. Acesso em: 26 jun. 2025 (São Paulo, 2026).

buscar promover treinamento técnico e alocação no mercado de trabalho. A título exemplificativo, traz-se recorte do anexo do programa, onde figuram as principais atividades que seriam desenvolvidas de início, conforme segue:

Figura 1 – Atividades do Programa Transcidadania¹⁷

1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre
EJA	EJA	EJA	EJA
Curso de Cidadania e Direitos Humanos	PRONATEC	PRONATEC	Estágio
		Curso de introdução ao mundo do trabalho	
ENEM		ENEM	

Fonte: Concílio; Amaral; Silveira (2017, p. 155).

Outro avanço que o programa demonstrou foi sua expansão. Em 2013, o programa atendia somente a região central de São Paulo, mas em 2017 houve uma grande descentralização, sendo que a partir desse momento o Transcidadania passou a atender também as zonas leste, oeste, norte e sul da megalópole. Com essa alteração, a iniciativa se tornou mais democrática, humana e viabilizou a aproximação das pessoas.

De acordo com os registros, o sistema tem conseguido promover o acesso à educação, onde integrantes têm a

[...] oportunidade de concluir os ensinamentos fundamental e médio, ganham qualificação profissional e desenvolvem a prática da cidadania por meio de oficinas e formações na área de Direitos Humanos (São Paulo, 2026).

¹⁷ Na tabela temos os seguintes órgãos em formato de siglas: EJA – Educação de Jovens e Adultos, PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

Ainda, o programa possibilita obter apoio social, pedagógico e jurídico durante os dois anos em que é possível permanecer nele.

Por fim, sobre a questão específica do Transcidadania, temos o registro de Bueno (2021) segundo o qual a Câmara Municipal de Porto Alegre, em sessão plenária (também em 2021), aprovou a criação desse mesmo modelo de atendimento ao público trans na cidade. As prerrogativas, como observado na página do Poder Executivo¹⁸, são análogas às da cidade de São Paulo, numa tentativa de reduzir os níveis de preconceito específico e buscar proteger de forma mais efetiva os direitos e a cidadania desse público.

Em relação às metas e desafios da plataforma, verificou-se do material publicado que apresentam uma grande amplitude. Assim, a meta 061 (Concílio; Amaral; Silveira, 2017, p. 128). da Prefeitura Municipal de São Paulo traz em seu bojo o desenvolvimento de ações permanentes de combate à homofobia e respeito à diversidade sexual. O programa, acompanhando essa prerrogativa, apresenta um amplo rol de grandes objetivos, trazendo a proposta, inicialmente, em grandes eixos e ações. A título de exemplo temos no eixo 1 uma busca por mais autonomia, no eixo 2 uma busca por mais oportunidades e no eixo 3 uma busca por mais cidadania (Concílio; Amaral; Silveira, 2017, p. 128-129). Para o atingimento das metas, foram traçadas diversas ações que, concatenadas, logrem promover o alcance daquelas. Como exemplos temos a inclusão no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, a conclusão da educação básica, o respeito ao nome social e a emancipação cidadã. Para cada ação que estamos mencionando, o projeto apresenta em seus anexos (Concílio; Amaral; Silveira, 2017, p. 127-173).as características necessárias para o atingimento das metas propostas.

¹⁸ Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/aprovada-indicacao-para-criacao-do-programa-transcidadania>. Acesso em: 22 jun. 2023.

Sinteticamente, o que se constata é que o programa iniciado em 2013 em São Paulo, e analogamente implementado em 2021 em Porto Alegre, traz diversas proposições de metas que se mostram plenamente atingíveis, as quais visam atender o público trans de modo mais eficaz no sentido de lhes garantir maior participação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, proporcionar um exercício regular da cidadania e proteção aos direitos humanos.

Uma vez traçados todos os pontos que haviam sido propostos especificamente acerca do programa, vale registrar que se faz necessário também um grande movimento em torno do que se entende por ações afirmativas, bem como por políticas públicas.

Quanto às ações afirmativas, Rios (2008) nos esclarece que se trata de importantes pontos vistos no direito à antidiscriminação. O autor nos rememora que o Brasil teve influência estadunidense em termos de movimentos sociais que visam ao enfrentamento mais direto de situações que possam atingir de algum modo os direitos dos cidadãos, aqui com ênfase ao direito à igualdade conforme preâmbulo e art. 5º, *caput*, da Constituição Federal (Brasil, 1988). Rios também alerta que o conceito de ações afirmativas tem fundo político e se mostra controverso, motivo pelo qual veio mudando e se moldando ao longo dos tempos, embora sua origem esteja voltada às questões raciais. Hoje, com as devidas extensões e adequações, podemos compreender o termo como sendo:

[...] o uso deliberado de critérios raciais, étnicos ou sexuais com o propósito específico de beneficiar um grupo em situação de desvantagem prévia ou de exclusão, em virtude de sua respectiva condição racial, étnica ou sexual (Rios, 2008, p. 158).

Em termos de políticas públicas, necessitamos de proposições de medidas – que podem ser feitas pelo governo ou mesmo pela

iniciativa privada, desde que gestada por aquele – que visem a reduzir os níveis de discriminação e preconceito, com destaque aqui para a homofobia e a transfobia, a fim de proteger esses estratos populacionais e promover sua inclusão no tecido social de modo mais efetivo.

Nesse sentido, é necessária a implementação de políticas públicas que busquem proteger eficazmente as crianças e adolescentes, ainda no seio familiar, de possíveis ações preconceituosas e muitas vezes violentas.

Da mesma forma, é importante consolidar políticas públicas educacionais onde se procure promover o respeito ao próximo, principalmente no tocante ao nome social, à utilização de sanitários e à permanência nos bancos escolares, em um ambiente que se mostre mais aprazível e em que se evitem as violências de todas as naturezas, enfatizando-se as situações recorrentes de *bullying* percebidas na entrevista referencial.

Como ponto fundamental, demandam-se políticas públicas de manejo e inserção efetiva do público trans no mercado de trabalho formal, possibilitando, desse modo, sua participação mais intensa naquele espaço, podendo assim garantir não somente a própria sobrevivência bem como a de outros que deles dependam econômica e financeiramente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorridos todos os pontos traçados no início desta investigação, avança-se agora para os registros finais acerca do material analisado. Assim, em um primeiro momento verificou-se que foi possível analisar, embora abreviadamente, diversos elementos que procuram entender e explicar a situação das pessoas trans, em especial as mulheres, quando buscam o pertencimento à sociedade de forma digna e equânime, como previsto em nossa legislação pátria.

Para entender esse fenômeno, foi necessário buscar compreender, através de conceitos como a biopolítica e o biopoder, como se procuram domesticar alguns corpos, aqui particularmente o trans, no sentido de manter certo domínio sobre eles com o mínimo de questionamentos, em uma espécie de submissão absoluta. Nesse ponto também foi possível perceber que o capitalismo, através de suas inúmeras nuances, ainda procura dominar o ser humano, **permitindo** que fiquem vivos somente aqueles que participam ativamente do meio social. Os que ele não enxerga dessa maneira, busca segregar em pequenos territórios marginalizados, ou simplesmente descarta, em um processo radical de exclusão.

Seguindo, recorde-se que foram perpassadas diversas situações que envolvem violências de todas as naturezas, sejam elas simbólicas ou reais. Aqui vale frisar que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo, de acordo com os últimos relatórios da Associação Nacional de Travestis (ANTRA), colocando a expectativa de vida das pessoas vítimas de ataques mortíferos na média de 35 anos (Benevides; Nogueira, 2021 e Benevides, 2022).

Para ilustrar tudo o que está em discussão, foram trazidos à tona dois *cases* que fizeram parte de uma investigação empírica onde se aplicou a metodologia da pesquisa social interpretativa, também conhecida como narrativas biográficas (Santos, 2009). Desse modo, conseguiu-se demonstrar, qualitativamente, que existem duas faces da mesma moeda: de um lado podemos ter uma vida muito precária, permeada por violências estruturais e que apresenta, assim, uma grande dificuldade para adentrar o mercado formal de trabalho. Por outro lado, mostrando uma imagem mais suave, podemos ter histórias de vida onde as oportunidades de participação institucionalizada foram mais acolhedoras e, nesse contexto, nossa protagonista conseguiu entrar mais seguramente no mercado de trabalho formal, bem

como atuar como ativista pelos direitos da comunidade LGBTQIA+.

Em um último item, vieram à baila questões envolvendo os direitos humanos, com destaque para os sociais, bem como a cidadania. Assim, abordou-se o programa Transcidadania, nas cidades de São Paulo e Porto Alegre, com suas linhas de trajetória e de evolução desde sua concepção até o presente momento.

Nesse ponto, cabe ressaltar que, além do programa Transcidadania, existem outras diretrizes que buscam proteger os indivíduos de ações preconceituosas, em especial nos ambientes laborais. É o caso da Convenção n.º 111, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicada em 25 de junho de 1958 (Organização, 1958), que traz de forma expressa a preocupação do legislador em garantir o respeito a todos os sujeitos, independentemente de suas características. Similarmente, é bom lembrar também o art. 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Ainda nesse sentido, recentemente (agosto de 2024) o Tribunal Superior do Trabalho (TST) publicou uma série de protocolos (Brasil, 2024) que devem ser utilizados nos julgamentos que envolvam causas trabalhistas, trazendo capítulos específicos sobre orientação sexual e identidade de gênero com viés antidiscriminatório.

Sobretudo, é crucial registrar a necessidade urgente e contínua de que sejam propostas e aplicadas políticas públicas objetivando atingir os diversos meandros que a questão investigada envolve. Assim, impõe-se a necessidade cada vez mais premente de novas propostas, bem como de monitoramento das políticas públicas existentes que procurem, em certa medida, evitar que se alastrem situações de preconceito e intolerância representadas ora pela homofobia, ora pela transfobia, de forma que, com isso, se consiga ter uma participação real desse estrato na sociedade, buscando se desenvolver e crescer conjugadamente com esta.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (org). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: ANTRA, 2021.

BENEVIDES, Bruna (org). **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BERISTAIN, Antônio. **Nova criminologia à luz do direito penal e da vitimologia**. Tradução de Cândido Furtado Maia Neto. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2000.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 dez. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 29 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2026]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de->

atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/encceja. Acesso em: 08 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. 32 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 29 mai. 2026.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Protocolos para atuação e julgamento na Justiça do Trabalho**. Araucária: Impressoart, 2024. 112 p. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/254683>. Acesso em: 25 maio 2026.

BUENO, Andreia. **Aprovada indicação para criação do Programa Transcidadania**. Porto Alegre, Câmara Municipal, 21 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/aprovada-indicacao-para-criacao-do-programa-transcidadania>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BUTLER, Judith. **Marcos de guerra: las vidas lloradas**. Tradução de Bernardo Moreno Carrillo. Barcelona: Espasa Libros, 2010.

CHIGNOLA, Sandro. Sobre o dispositivo: Foucault, Agamben, Deleuze. **Cadernos IHUideias**, São Leopoldo, v. 12, n. 214, 2014. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/214cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 26 maio 2026.

CONCÍLIO, Isabela Leite; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula Morna (org.). **Transcidadania: práticas e trajetórias de um programa transformador**. São Paulo: Prefeitura Municipal, 2017.

CONNELL, Catherine. Doing. Undoing, or redoing gender? Learning from the workplace experiences of Transpeople. **Gender and Society**, Thousand Oaks, v. 24, n. 1, p. 31-55, fev. 2010. DOI:10.1177/0891243209356429. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0891243209356429>. Acesso em: 27 jul. 2026.

FALEIROS, Vicente de Paula; LAHUD, Altair Macedo; PENSO, Maria Aparecida. **O conluio do silêncio: a violência intrafamiliar contra a pessoa idosa**. São Paulo: Roca, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. 5. ed. São Paulo: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 12. ed. São Paulo: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. Disponível em: https://www.ispsn.org/sites/default/files/documentos-virtuais/pdf/6_-_biopolitica_-_seu_nascimento.pdf. Acesso em: 29 maio 2026.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. Disponível em: <https://projeto-phronesis.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/08/foucault-michel-seguranca-territorio->

populacao-curso-no-college-de-france.pdf. Acesso em: 29 maio 2026.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GUEDES, Márcia Novaes. **Terror psicológico no trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2003.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução de Rosina D'Angina. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2014.

HINES, Sally; SANGER, Tam. **Transgender identities: toward a social analysis of gender diversity**. New York: Routledge, 2010.

KJELLÉN, Rudolf. **Grundriß zu einem system der politik**. Leipzig: S. Hirzel Verlag, 1926.

LANDES, Ruth. A cult matriarchate and mal e homosexuality. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 35, n. 3, p. 386-397, 1940. Disponível em: https://vibrant.org.br/downloads/v7n1_landes.pdf. Acesso em: 26 maio 2026.

LEACOCK, Seth and Ruth. **Spirits of the deep: a study of an afro-brazilian cult**. Nova York: Double-day Natural History Press, 1972.

MODESTO, Edith. Transgeneridade: um complexo desafio. **Revista Via Atlântica**, São Paulo, n. 4, p. 49-65, dez. 2013. Disponível em:

https://revistas.usp.br/viaatlantica/pt_BR/article/view/57215/194280. Acesso em: 26 maio 2026.

NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine. **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

NEVES DE JESUS, Náila; RADL-PHILIPP, Rita Maria. Vivências marcadas pela transfobia: memória e narrativas de discriminação e violência de mulheres trans e travestis.

Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, v. 35, n. 1, p. 400-418, jan./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/CEF-v35n1-2022-19>. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/67119>. Acesso em: 29 maio 2026.

NOGUEIRA, Mauro Oddo; CARVALHO, Sandro Sacchet.

Trabalho precário e informalidade: desprecarizando suas relações conceituais e esquemas analíticos. Brasília, DF: Ipea, 2021. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10948/1/td_2707.pdf. Acesso em: 04 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.

Convenção nº 111: discriminação em matéria de emprego e profissão. Genebra: OIT, 1958. Disponível em:

<https://www.ilo.org/pt-pt/resource/c111-discriminacao-em-materia-de-emprego-e-ocupacao>. Acesso em: 15 jul. 2026.

RIBEIRO, René. Personality and the psychosexual adjustment of Afro-Brazilian cult members. **Journal de la Société des Americanistes**, Paris, Tomo 58, p. 109-120, 1969. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/jsa_0037-9174_1969_num_58_1_2099. Acesso em: 29 maio 2026.

RIOS, Roger Raupp. **Direito da antidiscriminação:** discriminação direta, indireta e ações afirmativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa:** uma introdução. Tradução: Tomás da Costa. Porto Alegre: ediPUCRS, 2014.

ROSENTHAL, Gabriele. **História de vida vivenciada e história de vida narrada:** Gestalt e estrutura de auto apresentações biográficas. Tradução: Tomas da Costa. Porto Alegre: ediPUCRS, 2017.

RUIZ, Castor Mari Martín Bartolomé. Poder, violência e biopolítica: Diálogos (in)devidos entre H. Arendt e M. Foucault. **Veritas**, Revista de Filosofia da PUCRS, Porto Alegre, v. 59, n. 1, p. 10-37, jan./abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2014.1.15317>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/veritas/article/view/15317>. Acesso em: 29 maio 2026.

SANTOS, Hermílio. Interpretations of everyday life: approximations to the analysis of lifeworld. **Civitas**: revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 103-117, 2009. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2009.1.5572>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/5572>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Coordenação de Políticas para LGBTI. **Transcidadania**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2026. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/lgbti/w/menu/150965>. Acesso em: 29 maio 2026.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, jan./mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3vKwmtYmc5LLPDTxhgSnnfM/?lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2026.

SILVA, Evandro Moreira. Transexualidades e travestilidades no espaço escolar heteronormativo: as respostas da escola a quem desafia as imposições de gênero. *In*: CONGRESSO DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, 2., 2016, Belo Horizonte. VITAL, Ana Flávia; BARROS, Mateus Oliveira; ALMEIDA, Victor Alfonso de (org.). **Caderno de resumos**. Belo Horizonte: Initia Via, 2016. p. 317-321. Disponível em: https://www.academia.edu/30425324/CADERNO_DE_RESUMOS_II_CONGRESSO_DE_DIVERSIDADE_SEXUAL_E_DE_GÊNERO_1_a_edição_internacional_Organizadores_aNA_FLÁVIA_VITAL_MATEUS_OLIVEIRA_BARROS_vICTOR_AFONSO_DE_ALMEIDA. Acesso em: 27 jul. 2026.

SOUZA, Vanessa Aparecida. de; ROSA, Alexandre Reis. Políticas públicas e a construção da identidade nas relações de trabalho. **Civitas**: revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 197-212, 2006. DOI: 10.15448/1984-7289.2005.1.41. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/41>. Acesso em: 19 jun. 2024.

VARGAS, Francisco Bekenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v29i77.19612>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/VTKszS8VFPTzDbzJkpQCRMp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2026.